



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
 Prefeitura Municipal
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SMAF

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Credenciamento para Contratação de empresa especializada na prestação de serviço em manutenção preventiva e corretiva, c/ aplicação de peças e acessórios e mão-de-obra (hora/homem) p/ manutenção da frota de todas as secretarias, e demais órgãos vinculados, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos deste presente instrumento.

1.2. Detalhamento do objeto:

ITEM	PRODUTO	VALOR HORA TÉCNICA	QNT ESTIMADA EM HORAS
1	Homem/hora torno, usinagem e solda mig	R\$119,23	250 Horas
2	Homem/hora torno e usinagem e solda elétrica	R\$124,62	350 Horas
3	Homem/hora torno e usinagem e solda em geral para mobiliários, corrimãos, brinquedos, parques e outros.	R\$99,78	250 Horas
4	Mecânica especializada veículos leve	R\$98,00	500 Horas
5	Mecânica especializada veículos médio porte (vans)	R\$122,32	250 Horas
6	Mecânica especializada veículos pesados (caminhões e caçambas)	R\$110,31	450 Horas
7	Mecânica especializada em ônibus e micro-ônibus	R\$118,69	100 Horas
8	Mecânica especializada em máquinas e implementos agrícolas	R\$113,48	250 Horas
9	Mecânica especializada em máquinas de médio e grande porte	R\$127,58	220 Horas
10	Mecânica especializada em maquinário motor 2 tempos (roçadeiras, sopradores, motosserras e outros com mesmas características).	R\$80,00	100 Horas
11	Mão de obra em elétrica/eletrônica especializada para veículos leve	R\$98,12	350 Horas
12	Mão de obra em elétrica/eletrônica especializada veículos médio porte (vans)	R\$117,62	250 Horas
13	Mão de obra em elétrica/eletrônica especializada veículos pesados (caminhões e caçambas)	R\$114,83	250 Horas
14	Mão de obra em elétrica/eletrônica especializada em ônibus e micro-ônibus	R\$115,00	100 Horas
15	Mão de obra em elétrica/eletrônica especializada em máquinas e implementos agrícolas	R\$105,00	100 Horas
16	Mão de obra em elétrica/eletrônica especializada em máquinas de médio e grande porte.	R\$123,33	200 Horas



17	Homem/hora mecânica itinerante para veículos leve	R\$123,91	50 Horas
18	Homem/hora mecânica itinerante para veículos médio porte (vans)	R\$152,66	30 Horas
19	Homem/hora mecânica itinerante para veículos pesados (caminhões e caçambas)	R\$160,05	150 Horas
20	Homem/hora mecânica itinerante para ônibus e micro-ônibus.	R\$163,25	30 Horas
21	Homem/hora mecânica itinerante para máquinas e implementos agrícolas.	R\$160,33	150 Horas
22	Homem/hora mecânica itinerante para máquinas de médio e grande porte.	R\$166,33	100 Horas
23	Mão de obra em funilaria, chapeação e pintura.	R\$97,00	370 Horas

1.3. A quantidade de veículos indicada no Anexo I e os valores estimativos deste processo visam somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação potencial, sendo que os valores estimados para este processo e seus quantitativos não constituem, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de aquisição de materiais e serviços a serem requisitados.

1.4. O fornecimento de peças será de responsabilidade da CONTRATANTE;

1.5. Os materiais de consumo de pequeno valor, tais como: soldas, fios, lixas, ceras, graxas, lubrificantes, fitas adesivas e isolantes, massas e demais insumos, estarão inclusos nos preços ajustados da mão de obra.

1.6. Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos no objeto, em conformidade com a legislação específica aplicável e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90), sendo que os itens considerados inadequados ou que não atendem às exigibilidades, não será aceito e o pagamento de toda parcela ficará suspenso, até sua regularização de forma integral.

1.7. Entende-se por serviço inadequado, aquele que apresentar-se com: Inferior qualidade, fora das determinações legais, em desacordo com as especificações constantes na relação de Itens do Objeto e Termo de Referência.

1.8. Os serviços considerados inadequados e/ ou irregulares, que não atenderem às exigibilidades do Edital e Termo de Referência poderão ser devolvidos no todo ou em parte, determinando a sua substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e Termo de Referência. Na impossibilidade de serem substituídos ou refeitos, serão aplicadas as sanções previstas no Edital, Termo de Referência e demais cominações legais.

1.9. Sendo de afeto ao interesse administrativo a contratação de empresa que detenha oficina de manutenção localizada até uma distância viária de 30 (trinta) quilômetros da Prefeitura Municipal de Rio das Antas, a CONTRATANTE se responsabiliza pelo deslocamento da frota até a sede da proponente e seu retorno, devendo a proponente localizar-se no máximo, 30 (trinta) quilômetros da sede do Município de Rio das Antas.

1.10. A exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a necessidade de obtenção da proposta mais vantajosa para esta Prefeitura, pois, se a distância entre a sede da Prefeitura e a Contratada for maior que a determinada, a vantagem do “menor preço” ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento da frota. Considerando também que a demora na remoção dos veículos até as localidades mais distantes contribuirá para possíveis interrupções no Serviço de Atendimento Público, principalmente nas áreas da Saúde, Educação e Obras. Pretende-se, assim, agilizar os serviços a serem executados, bem como facilitar a fiscalização in loco e o acompanhamento dos serviços prestados, visando, portanto, o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade.

1.11. O presente credenciamento se manterá aberto, permitindo que, a qualquer momento, novos interessados se habilitem (condicionado ao preenchimento das exigências edilícias), atendendo, assim, a razão autorizada de sua instituição, qual seja, obter o maior número de fornecedores ou prestadores, sem que um exclua a atuação do outro, de modo a satisfazer plenamente o interesse público envolvido.

1.12. A Administração não estará obrigada a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao credenciamento a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.13. Baseia-se este Credenciamento nas condições previstas neste instrumento e na impossibilidade de competição conforme dispõe o Art. 25, caput da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e pelas disposições gerais e especiais deste Edital e Termo de Referência.



- 1.14. As Secretarias Municipais de Rio das Antas não estão obrigadas a adquirir uma quantidade mínima de serviço, ficando o seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da execução.
- 1.15. A existência deste procedimento não obriga as Secretarias e Órgãos Municipais firmarem as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente.
- 1.16. As quantidades existentes são meramente estimativas. Os valores estimados para este processo e seus quantitativos não constituem, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de aquisição de serviços a serem requisitados.
- 1.17. O Credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado dentro do limite previsto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que os serviços serão iniciados a partir da assinatura do contrato.
- 1.18. **Entende-se por manutenção preventiva** as revisões e serviços de caráter preventivo com a finalidade de avaliar as condições para o perfeito funcionamento dos veículos, além de detectar possíveis desgastes em peças, acessórios e outros elementos, objetivando manter o veículo em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento.
- 1.19. **Entende-se por manutenção corretiva** as revisões e serviços de caráter corretivo, para possibilitar a reparação de defeitos e falhas em qualquer unidade do veículo, com substituição de peças e acessórios originais, genuínos ou outras peças (paralelas de 1ª linha) bem como serviços de mecânica, em geral, sistema de ar condicionado, caixa de câmbio, parte elétrica, soldas, lanterneiro, tornearia, capotaria, sistema de molas, escapamentos, radiadores, suspensão, sistema de freios, alinhamento, balanceamento, vidraçaria, lubrificação (troca de óleo), retífica de motor e bomba e outros serviços afins que se façam necessários para tornar operacional o veículo, ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como, para reparar avarias.
- 1.20. **Entende-se por frota** todos os veículos do Município de Rio das Antas e demais órgãos vinculados distribuídos por categorias.
- 1.21. **Entende-se por Demais Órgãos vinculados:** Polícia Militar de Rio das Antas, Polícia Civil de Rio das Antas, Bombeiros de Rio das Antas, e Câmara de Vereadores.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de se atender a A manutenção e eventuais recuperações dos veículos da frota do Município de Rio das Antas, incluindo-se todos os serviços de mecânica em geral e outros de natureza afim são importantes, pois visa manter o veículo em bom estado de conservação e perfeito funcionamento. O credenciamento é o sistema por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que, preenchendo os requisitos necessários, credenciam-se junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados. Essa sistemática pressupõe a pluralidade de interessados e a indeterminação do número exato de prestadores suficientes para a adequada prestação do serviço e adequado atendimento do interesse público, de forma que quanto mais particulares tiverem interesse na execução do objeto, melhor será atendido o interesse público. Assim, se não é possível limitar o número exato de contratados necessários, mas há a necessidade de contratar todos os interessados, não é possível estabelecer competição entre os interessados em contratar com a Administração Pública. Desta forma, a escolha de realizar a licitação por forma de credenciamento. Os valores referenciados são de acordo com o atual mercado.
- 2.2. A opção da modalidade de credenciamento hipótese de inexigibilidade de licitação, tem aplicação restrita e somente deve ser adotado nos casos em que a contratação do maior número possível de particulares seja condição indispensável para o atendimento da demanda administrativa.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1. Para elaboração deste documento, foram observados às seguintes normas de regência:
- 3.1.1. Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 3.1.2. Demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os bens e serviços deste Termo de Referência são considerados comuns, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital por meio de especificações usuais praticados no mercado e as escolhas feitas poderão ter base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação criteriosa.



4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. A solicitação dos serviços, objeto desta licitação será de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Secretarias, Fundos e órgãos vinculados solicitantes desta Prefeitura Municipal.

5.2. A empresa contratada deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, orçamento detalhado do item requisitado, discriminando o valor. O procedimento deverá ser feito preferencialmente por meio digital (e-mail); ou entregue impresso e assinado diretamente ao fiscal.

5.3. Todos os materiais devem estar dentro das normas técnicas da ABNT, em atendimento às exigências legais, dentro das especificações técnicas dos fabricantes dos materiais e em obediência às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.4. Após o envio do orçamento para o fiscal do contrato no prazo já determinado, este deverá realizar a conferência do valor, e posterior empenhamento da despesa.

5.5. A licitante vencedora poderá realizar, a seu critério, vistoria nos veículos (check list).

5.6. Os veículos, máquinas e equipamentos contemplados nesta licitação, bem como, as especificações do objeto, estão descritas no Anexo I deste termo.

5.7. A quantidade de veículos indicada no Anexo I visa somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação potencial dos valores totais a serem gastos por veículo, sendo que tal quantitativo não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de aquisição de materiais a ser requisitado.

5.8. Poderá ocorrer, a critério do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, alteração nos veículos, máquinas e equipamentos descritos em cada categoria (Anexo I), em virtude de novas aquisições ou supressão como inservíveis ou desnecessários.

5.9. Toda divergência será passível de negatização dos orçamentos pelo gestor da frota do órgão requisitante.

5.10. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05(cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.12. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.15. Todas as despesas relacionadas com a execução e entrega dos itens correrão por conta da credenciada, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.16. Ficará a cargo da proponente vencedora o fornecimento de todas as ferramentas e dispositivos necessários e adequados à execução dos serviços.

5.17. A credenciada deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente entrega do item, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

5.18. A proponente vencedora dever substituir às suas expensas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pela área requisitante, o(s) item (ns), caso se constate defeitos de fabrica o, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especifica es deste Edital, dentre outros.

6. METODOLOGIA

6.1. O número de serviços será distribuído proporcionalmente ao número de profissionais credenciados.

6.2. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Fundo Municipal de Saúde perante a CONTRATADA e os profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.



- 6.3. As quantidades e valores descritos no presente instrumento serão divididos proporcionalmente ao número de empresas credenciados.
- 6.4. Os serviços de avaliação imobiliária prestados precisam estar em nível de detalhamento, qualidade e atendimento aos requisitos técnicos e legais exigidos.
- 6.5. A realização dos serviços dependerá de prévia Ordem de Serviço descrevendo a quantidade e os imóveis a serem avaliados bem como o prazo para entrega dos laudos.
- 6.6. Todas as despesas relacionadas com a execução do objeto correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.
- 6.7. Ficará a cargo da proponente vencedora o fornecimento de todas as ferramentas e dispositivos necessária adequada execução dos serviços de fabrica o dos itens.

7. DA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

- 7.1. Os serviços e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo.
- 7.2. A disponibilidade de mão de obra deverá ser reservada para entregas ou aplicações imediatas, uma vez que, caso o orçamento seja aprovado pelo Município, não serão aceitas alterações de prazo, de preço, ou substituição de itens.
- 7.3. O tempo de execução do serviço, especificado no orçamento, não deverá exceder o estabelecido.
- 7.4. O Município de Rio das Antas poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se o CONTRATADO a executar e fornecer o que for pelo município aprovado;
- 7.5. No caso de recusa total ou parcial do orçamento, o CONTRATADO não terá direito a reclamações ou recurso, sendo somente reembolsado das despesas de desmontagens porventura ocorridas.
- 7.6. A solicitação de orçamento não deve ser entendida como autorização para a execução do objeto, a qual só ocorrerá mediante a emissão da Autorização de Fornecimento e/ou Serviço pelo CONTRATANTE.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 8.1. A convocação para a prestação dos serviços pela Contratada ocorrerá por meio de comunicação formal, expedida por fax ou e-mail, pela Prefeitura Municipal de Rio das Antas, juntamente da Ordem de Serviços.
- 8.2. A comunicação com a Contratada pode ser ratificada por contato telefônico, a critério da Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC.
- 8.3. A aceitação do serviço pela Contratada implicará na sua concordância com os valores de serviço, deslocamento e prazo de execução.
- 8.4. Em caso de dúvida da Contratada quanto ao valor da Ordem de Serviços, deverá ser solicitado esclarecimento à Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC antes da aceitação.
- 8.5. A documentação e Ordem de Serviços serão entregues ao representante legal ou profissional da Contratada que foi habilitada pela Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC.
- 8.6. A Contratada poderá indicar outra pessoa, Responsável Legal, para recepção/entrega dos trabalhos, por meio de autorização por escrito de seu representante legal, a qual deverá ser encaminhada ao órgão expedidor da Ordem de Serviços na Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC.
- 8.7. A Contratada deve verificar se as informações recebidas são suficientes e compatíveis com o trabalho a ser realizado e solicitar à Prefeitura Municipal de Rio das Antas a complementação que julgar necessária para prestação do serviço, formalmente, pelo e-mail compras@riodasantas.sc.gov.br
- 8.8. A confirmação da aceitação do serviço pela Contratada deverá ocorrer, até o final do horário de atendimento ao público da Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC, do dia útil seguinte ao do recebimento da comunicação.
- 8.9. A recusa deve ser formalizada à Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC com a devida justificativa a ser analisada pela contratante.
- 8.10. A não confirmação do serviço pela Contratada à Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC, no prazo estabelecido, implicará no repasse para a próxima empresa, seguindo a ordem sequencial, sem prejuízo das sanções contratuais.
- 8.11. A critério da Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC o prazo pode ser prorrogado.

9. DOS PRAZOS DEFINIDOS E ETAPAS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. As empresas deverão garantir prazos definidos para execução dos serviços, expressos no orçamento anterior a execução, baseado no acompanhamento realizado pela empresa do templário da montadora do veículo, templário este, que estabelece as condições e horas necessárias à realização do trabalho com qualidade;



9.2. O prazo para a devolução do veículo com todos os serviços completos e apresentação da peça trocada etiquetada será contado a partir da entrada do veículo no pátio da credenciada, mediante ordem de serviço, sendo que a devolução do veículo deverá ocorrer no máximo em 48 horas após a entrada do veículo no pátio da credenciada.

9.3. Caso seja verificada insuficiência no prazo estipulado, a Contratada pode formalizar pedido de prorrogação, com justificativa plausível, para apreciação e decisão da Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC.

10. DA ENTREGA DO TRABALHO

10.1. A Prefeitura Municipal de Rio das Antas receberá, por meio de cada Secretaria Municipal solicitante e somente por ela, o serviço da Contratada da seguinte forma:

10.2. A credenciada fará encaminhar junto com a devolução/entrega do veículo em que tiver sido executado (s) o(s) serviço (s), obrigatoriamente, relatório acerca dos serviços, do tempo de execução, além de devolução de cada peça trocada, devidamente identificada, com etiqueta cuja numeração e/ou identificação conste e corresponda à sua discriminação no relatório apresentado, e nº da ordem de serviço.

10.3. Encaminhará documento de garantia dos serviços devidamente assinado pelo responsável pela empresa e/ou pelo técnico que tiver executado o serviço, de forma legível;

10.4. Todos estes documentos devem, obrigatoriamente, estarem assinados juntamente com Nota Fiscal eletrônica.

11. DA ABRANGÊNCIA DE ATENDIMENTO

11.1. As interessadas serão credenciadas para prestar serviços identificados neste Edital para a Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC, dele podendo se valer todos e quaisquer outros órgãos, inclusive a Secretaria Municipal de Saúde e autarquias do Município.

12. DO HORÁRIO PARA DISTRIBUIÇÃO E RECEPÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC informará à empresa na Ordem de Serviço a atividade a ser contratada, bem como prazo e horário de retirada da Ordem de Serviço e execução dos serviços.

12.2. Nenhum serviço deverá ser realizado por nenhuma das credenciadas sem emissão e recebimento da Ordem de Serviços sob pena de perda do Credenciamento.

13. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

13.1. Caso haja durante a execução dos serviços a constatação de inconsistências técnicas ou documentais que impossibilitem a conclusão do serviço, a Contratada deverá protocolar solicitação de informação complementar na Diretoria de Compras que, por sua vez, caso seja necessário, convocará a Secretaria Municipal solicitante para que se manifeste acerca do questionamento com o objetivo de solucionar a interrupção dos serviços.

14. DO CONTROLE DA QUALIDADE TÉCNICA

14.1. Os serviços contratados, concluídos ou não, têm sua qualidade verificada por meio da Secretaria solicitante que poderá monitorar os serviços ou, a seu critério, fazer a sua revisão no momento em que a contratada lhe entregar estes serviços.

14.2. A Secretaria solicitante tem autoridade perante à contratada para rejeitar, não receber e pedir a substituição ou a reconstituição de todo e qualquer serviço que ela, comprovadamente, demonstrar não ter sido realizado de acordo com as normas deste Credenciamento, a legislação em vigor e as técnicas de execução, podendo se valer das garantias de sanções previstas neste Processo, bem como quanto à Lei 8.078/1990 (Código do Consumidor), além de poder encaminhar solicitação de descredenciamento da contratada.

15. DA GARANTIA OS SERVIÇOS

15.1. Todos os serviços executados deverão ter garantia pelo período mínimo de 03 (três) meses ou 5.000 km, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro, a contar da data de emissão da nota fiscal.

16. DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

16.1. O aceite pelo órgão requisitante e seu servidor designado não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.



16.2. Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

17. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

17.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar direta e indiretamente ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A CONTRATANTE ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. São obrigações da Contratante:

18.1.1. Nomear Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

18.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

18.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

18.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

18.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

18.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

18.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

18.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

18.1.9. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

18.1.10. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

18.1.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

18.1.12. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.1.13. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

18.1.14. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

18.1.15. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

18.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá:

19.2. A empresa fica obrigada a arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros.

19.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não

19.4. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

19.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.



- 19.7. O transporte e despesas relativas a entrega são totalmente por conta da contratada, eximindo o município de qualquer responsabilidade.
- 19.8. Aceitar a fiscalização do Município e tomar as medidas necessárias e determinadas pelos responsáveis pela fiscalização, dando livre acesso a estes responsáveis, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade;
- 19.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer das entregas, inclusive perante terceiros;
- 19.10. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal, durante a execução do contrato
- 19.11. Manter a ética e o sigilo nos dados e informações que tenham acesso, quando da execução do objeto.
- 19.12. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- 19.13. A contratada deverá:
- 19.14. Utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para execução dos serviços;
- 19.15. Utilizar na execução dos serviços somente ferramentas recomendadas pelo fabricante;
- 19.16. Atender prontamente às requisições do Município para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva na frota, bem como naqueles que poderão ser adquiridos futuramente pelo Município Rio das Antas /SC;
- 19.17. Fornecer orçamento contendo quantidade de horas, quantidade de cada peça e descrição completa da peça, identificação do veículo ou máquina, data, carimbo e assinatura;
- 19.18. Executar os serviços contratados somente com prévia e expressa autorização do Município, através do recebimento da Ordem de Serviço;
- 19.19. Cumprir os prazos de execução dos serviços, conforme a quantidade de horas constantes de cada orçamento;
- 19.20. Entregar os veículos submetidos aos serviços devidamente limpos, ou seja, livres de resíduos provenientes da execução dos serviços, tais como, graxa, óleo, cola, tinta, poeira, entre outros.
- 19.21. Entregar os veículos ao Município, somente após a conferência de todos os itens de segurança e funcionamento vistoriados;
- 19.22. Promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregados;
- 19.23. Disponibilizar telefone para atendimento 24 horas em todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, para o imediato serviço de “socorro” nos limites e aos redores do Município de Rio das Antas - SC, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a solicitação, para o transporte das máquinas avariadas sem condições de locomoção, sem ônus para a contratante.
- 19.24. Transportar com segurança, pessoal habilitado e dentro das normas do Código de Trânsito Brasileiro, até o local de sua oficina (independente do endereço), os veículos do Município que necessitarem de reparos;
- 19.25. Quando a máquina com avaria se encontrar em local diverso ao perímetro do Município Rio das Antas /SC e não for possível a sua remoção, o reparo deverá ser realizado onde o mesmo se encontrar, sendo que as despesas com deslocamento até o local do socorro serão lançadas na respectiva fatura do serviço realizado.
- 19.26. Aceitar a fiscalização do Município e tomar as medidas necessárias e determinadas pelos responsáveis pela fiscalização, dando livre acesso em suas dependências a estes responsáveis, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade;
- 19.27. Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviço, inclusive perante terceiros;
- 19.28. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal, durante o desempenho dos serviços;
- 19.29. Responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução da prestação de serviço que trata este instrumento, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas, além das despesas diretas e indiretas como transportes, estadias, alimentações, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de ordem de classe, indenizações ou de qualquer outra que for devida, ficando o Município isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 19.30. Executar os serviços objeto desta contratação mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção;
- 19.31. Assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município;



- 19.32. Manter a ética e o sigilo nos dados e informações que tenham acesso, quando da prestação dos serviços;
- 19.33. Responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;
- 19.34. Manter-se durante a vigência do presente instrumento nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e qualificação;
- 19.35. Substituir, quaisquer peças ou acessórios defeituosos, dentro das condições da garantia estipulada pelos fabricantes, sem ônus adicionais;
- 19.36. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- 19.37. Responsabilizar-se pela segurança dos veículos no transporte dos mesmos, garantindo que qualquer dano causado ao veículo ou a terceiros será reparado pela empresa vencedora sem ônus ao município.
- 19.38. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 19.39. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 19.40. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- 19.41. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;
- 19.42. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 19.43. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 19.44. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.45. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- 19.46. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 19.47. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;
- 19.48. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- 19.49. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;
- 19.50. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;
- 19.51. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;
- 19.52. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;
- 19.53. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;
- 19.54. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;
- 19.55. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 19.56. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
- 19.57. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- 19.58. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;



- 19.59. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;
- 19.60. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE;
- 19.61. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 19.61.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 19.61.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 19.61.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 19.61.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 19.61.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.61.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 19.61.7. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 19.61.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 19.61.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 19.61.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 19.61.11. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 19.61.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 19.61.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 19.61.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 19.61.15. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 19.61.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 19.61.17. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 19.61.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 19.61.19. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 19.61.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.61.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



19.61.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.61.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

19.61.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

19.61.25. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

8.25.26.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

8.25.26.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

8.25.26.3. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

8.26. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. As credenciadas somente poderão subcontratar PARTE dos serviços objeto desta contratação, com expresso consentimento formal do Município, sendo:

20.1.1. Para os serviços e mão de obra as proponentes poderão subcontratar até 50% dos serviços.

20.2. Se autorizado a efetuar a subcontratação dos serviços, a proponente credenciada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Município pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

20.3. A nota Fiscal NF, deverá ser emitida pela proponente credenciada, mediante verificação dos quantitativos, estando sob responsabilidade da vencedora do certame as demais responsabilidades da subcontratação.

20.4. A credenciada, arcará com todos os custos decorrentes aos serviços, fornecimentos, deslocamentos e demais custos da subcontratada.

21. DAS RESPONSABILIDADES

21.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a CONTRATADA a elaboração de avaliação prévia do serviço a ser executado, sem ônus para a CONTRATANTE.

21.2. Os serviços fornecidos pela EMPRESA vencedora deverão primar pela qualidade, higiene, economicidade, sempre respeitando as características e determinações técnicas que garantam a eficácia dos serviços, segurança dos usuários, funcionários e munícipes;

21.3. Os serviços serão fiscalizados com rigor pela solicitante e caso não estejam em conformidade com o descrito, ou aos fins a que se destinam, deverão ser refeitos.

21.4. A CONTRATADA só poderá iniciar os serviços após o recebimento da Autorização de Serviços emitida pelo Setor de Compras, na qual deverá estar descrito o tipo de serviço a ser realizado, data de emissão, assinatura do responsável, informando, ainda, o nome ou razão social da CONTRATADA a qual está destinada a realização dos serviços.

22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



- 23.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 23.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 23.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 23.4. Caberá aos fiscais do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.
- 23.5. As decisões e providências que ultrapassarem as competências dos Fiscais deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil, para a adoção das medidas que se fizerem necessária.
- 23.6. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte os serviços contratados, sem ônus para a contratante, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.
- 23.7. O fiscal técnico apresentará ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 23.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 23.9. A empresa CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, sendo a contratante reservada o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.
- 23.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93.
- 23.11. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 23.12. O representante do CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 23.13. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato
- 23.14. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou pelo preposto designado, podendo para isso:
- 23.15. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- 23.16. A realização de todas as atividades relacionadas à contratação será acompanhada e fiscalizada pelos servidores colocados à disposição pela Prefeitura Municipal e entidades participantes.

24. DO FATURAMENTO

- 24.1. Os serviços objeto desta contratação serão solicitados por Autorizações de Fornecimento (AF), emitidas e autorizadas conforme necessidade da CONTRATANTE.
- 24.2. Somente serão faturadas as Ordens efetivamente executadas, após avaliação de conformidade das condições de entrega dos serviços e validação pela CONTRATANTE.

25. DO PAGAMENTO



25.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicados pelo contratado.

25.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

25.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

25.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será exigida, no ato do pagamento, a apresentação das Certidões de Regularidade FGTS, e de Regularidade Fiscal dos encargos tributários das Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da CONTRATADA. Juntamente com:

- **Atestado de recebimento emitido pela Secretaria Competente;**

13.5. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do Objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

13.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Autorização de Fornecimento.

13.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Rio das Antas com indicação do CNPJ específico, nº 83.074.294/0001-23.

13.8. De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

13.9. As notas fiscais deverão ser enviadas para os e-mails:

Secretaria de Administração e Finanças: compras@riodasantas.sc.gov.br

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes: compras1@riodasantas.sc.gov.br

Secretaria de Assistência Social: comprasassistencia@riodasantas.sc.gov.br

Secretaria de Saúde: planeja@riodasantas.sc.gov.br

Secretaria de Obras e Serviços: garagem@riodasantas.sc.gov.br

13.10. Os arquivos XML deverão ser enviados no e-mail: nfe@riodasantas.sc.gov.br

13.11. Após a apresentação da proposta, não haverá reajuste de preço.

13.12. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

13.13. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.14. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - O prazo de validade;

II - A data da emissão;

III - Os dados do contrato e do órgão contratante;

IV - O período de prestação dos serviços;

V - O valor a pagar; e

VI - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.11. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo.

25.4.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

I - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal conforme documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



- 25.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 25.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 25.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 25.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 25.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 25.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 25.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 25.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

26. DO REAJUSTE

- 26.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 26.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alienação 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 26.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 26.4. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 26.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 26.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

27. PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

- 27.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo em relação aos dados, informações ou documentos que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços objeto desta contratação, bem como se submeter às orientações e normas internas de segurança da informação vigentes, devendo orientar seus empregados e/ou prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 28.1. Com fundamento no DECRETO Nº 044/2021 DE 1º DE ABRIL DE 2021, normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Administração Pública Municipal, voltado à aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados, fundamentadas na Lei Federal nº 8.666, de 1993 e no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 2002, e descredenciamento no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência/Contrato e demais cominações legais a(s) contratada(s) que:

- 28.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 28.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 28.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;



- 28.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 28.1.5. Fizer declaração falsa;
- 28.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 28.1.7. Não assinar o contrato;
- 28.1.8. Deixar de entregar documentação exigida no edital, anexos e termo de contrato.
- 28.1.9. Não mantiver a proposta e demais casos omissos.

28.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

28.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

28.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

28.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

28.5.1. Advertência;

28.5.2. Multa de:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

28.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

28.7. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

28.8. As sanções serão aplicadas pela autoridade administrativa, assegurada a ampla defesa e podendo dar-se cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

28.9. As advertências serão aplicadas sempre que necessário ao fiel cumprimento contratual, desde que os fatos apresentados não tenham gerado prejuízo à Administração.

28.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e demais normas vigentes, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

28.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



28.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

29. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

29.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

29.2. A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, pelos seguintes motivos:

29.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

29.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

29.2.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

29.2.4. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

29.2.5. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

29.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

29.2.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

29.2.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

29.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

29.2.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

29.2.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

29.2.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

29.2.13. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

17.3. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) Fraudar na execução do contrato;

d) Comportar-se de modo inidôneo; ou

e) Cometer fraude fiscal.

17.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.4.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



18. MEDIDAS ACAUTELADORAS

18.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

19.1. Os interessados em se credenciar para prestar os serviços especificados no presente instrumento, Edital e seus Anexos deverão preencher o TERMO DE CREDENCIAMENTO, conforme Anexo do edital e a entregar, acompanhada dos documentos de habilitação citados no Edital, junto ao Departamento de licitações da Prefeitura Municipal Rio das Antas/SC.

19.2. A Comissão de Licitações fará a análise do pedido de credenciamento e da documentação, sendo habilitados os que cumprirem todos os requisitos deste edital, e inabilitados os que deixarem de cumprir um ou mais itens.

19.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.4. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.5. As atividades técnicas objeto deste Credenciamento deverão ser compatíveis com o objeto social da empresa;

19.6. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.7. Atestado (s) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) ou física (s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando as condições, a qualidade, a presteza e a agilidade dos serviços de entrega de peças e materiais automotivos que prestou ou vem prestando, pertinentes e compatíveis com o objeto deste Edital, em características, quantidades e prazos.

19.8. Declaração formal, sob as penas legais, declarando expressamente, que dispõe de oficina mecânica localizada num raio máximo de 30 (trinta) quilômetros da Prefeitura Municipal de Rio das Antas, informando o endereço e demais dados.

19.9. Declaração que colocará a disponibilidade para a execução do objeto: Atendimento de auto Socorro (atendimento in-loco) no máximo de 03 (três) horas.

20. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1. A contratação das credenciadas se dará da seguinte forma:

- a) Os interessados deverão encaminhar a documentação solicitada no presente instrumento e Edital ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio das Antas, SC, que fará a análise;
- b) Aprovado o credenciamento a credenciada será convocada a assinar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação.

21. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

21.1. Os serviços contratados deverão ser executados até o prazo final de vigência do edital de credenciamento e contrato, podendo este prazo ser prorrogado nos termos da lei 8.666/93.

21.2. Os serviços deverão ser prestados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, conforme a necessidade, quando for o caso.

22. DO DESCRENCIAMENTO

22.1. Constituem motivo para o descredenciamento:

- a) Deixar de promover a atualização dos documentos de habilitação ou incorrer em situação de irregularidade;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica, fiscal do credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional do trabalho;

22.2. Nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93:

- a) O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



- b) Da decisão de descredenciamento, que deverá ser devidamente motivada pelo Município de Barra Bonita, caberá defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, como garantia do credenciado ao direito do contraditório, sendo avaliadas suas razões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- c) O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

23. DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O valor total estimado para este procedimento será de R\$559.268,90

23.2. Conforme critérios definidos na PORTARIA Nº 804, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018 expedida pelo Ministério da Justiça, de modo especial no inciso II do artigo 2º, e a recente INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, cujos dispositivos indicam como parâmetro de pesquisa, a busca de contratações similares de outros entes públicos.

- I** - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldepcores, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
 - II** - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
 - III** - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou
 - IV** - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.
- §1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

23.3. Foram consultados os preços através do sítio “banco de preços”, uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela Administração Pública o que contempla os parâmetros dos Incisos I e II. Na ausência de informação neste meio foram utilizados preços de sítios eletrônicos especializados de amplo domínio, que trata o Inciso III do Art. 5º da IN 73/2020.

23.4. A pesquisa direta com fornecedores que trata o Inciso IV da IN 73/2020 só foi utilizada quando não foi possível a obtenção de preços nos parâmetros citados anteriormente ou quando os valores apresentados não foram excessivamente elevados.

23.5. Além disso, a administração apresenta como base preços constantes de contratos públicos integrantes de certames já homologados por outras administrações. Contratos já referendados pelo E. Tribunal de Contas do estado, posto que, extraídos do site do próprio órgão da Administração Pública Municipal ou mesmo do respectivo Tribunal.

23.6. Portanto, posso assegurar que os preços obtidos através da Média das cotações refletem fielmente a realidade dos preços de mercado

23.7. Desse modo concluímos que, os valores praticados pelas contratações baseadas nas similaridades destacadas, indicam que o valor definido por essa administração para a presente contratação, não se caracteriza como excessivo nem como inexequível.

24. DA ALTERAÇÃO DE DADOS DA CREDENCIADA

24.1. Quaisquer alterações ocorridas em informações prestadas pela Contratada à Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC, como número de fax, telefone e conta corrente, bem como endereço de sua sede ou na Internet, devem ser, imediatamente, comunicadas formalmente à Secretaria Municipal para que seja possível a sua atualização no sistema informatizado, evitando prejuízos futuros para a Contratada, no endereço eletrônico: contratos@riodasantas.sc.gov.br

24.2. A solicitação de alteração de endereço deve vir acompanhada da Alteração Contratual da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial.

24.3. A credenciada pode solicitar alteração, no caso de possuir mais de um representante legal, do nome indicado na convocação para prestação de serviços.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.



26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Dúvidas acerca das disposições contidas neste Termo de Referência poderão ser esclarecidas por intermédio do correio eletrônico licitacao@riodasantas.sc.gov.br.

26.2. O presente documento segue assinado pelos responsáveis:

Rio das Antas/SC 04 de Outubro 2022.

João Carlos Munaretto
Prefeito Municipal

Visto Assessoria Jurídica: _____



ANEXO I- FROTA

VEICULOS LEVES

*PLACA	SETOR	*MARCA	*MODELO	*COMBUSTÍVEL	*CAPACIDADE DO TANQUE	ANO FABRICAÇÃO	ANO VEICULO	MOTORIZAÇÃO	CATEGORIA
QCY7i29	ADMINISTRAÇÃO	CHEVROLET	ONIX	FLEX	54	2018	2019	80CV	LEVE
QJH5383	ADMINISTRAÇÃO	FIAT	MOBI EASY	FLEX	47	2019	2019	75CV	LEVE
MGE4299	ADMINISTRAÇÃO	VOLKSWAGEN	GOL	FLEX	55	2008	2009	71CV	LEVE
MMJ8782	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FIAT	SIENA	GASOLINA	60	2014	2014	60CV	LEVE
QIY2733	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FIAT	MOBI EASY	FLEX	47	2018	2018	1.0	LEVE
QIY2773	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FIAT	MOBI EASY	FLEX	47	2018	2018	1.0	LEVE
QIQ4423	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	RENAULT	KWID ZEN	FLEX	38	2018	2018	1.0	LEVE
QJB8985	ASS. SOCIAL - CASA DA CIDADANIA	CHEVROLET	ONIX	FLEX	54	2018	2018	1.4	LEVE
IMB8841	ASS. SOCIAL - CONSELHO TUTELAR	CHEVROLET	ZAFIRA	FLEX	60	2004	2005	1.8	LEVE
MLM3610	DEFESA CIVIL	FORD	FIESTA	GASOLINA	54	2013	2014	1598	LEVE
RDZ2A79	EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	CHEVROLET	MONTANA	GASOLINA	50	2020	2021	1.4	LEVE
BEW9G12	GABINETE DO PREFEITO	RENAULT	DUSTER	FLEX	80	2021	2021	120CV	LEVE
QUA5F16	GABINETE DO VICE-PREFEITO	FIAT	ARGO	FLEX	48	2019	2020	1.0	LEVE
MCX3765	RIO DAS ANTAS - OBRAS	FIAT	STRADA FIRE FLEX	FLEX	56	2005	2006	80CV	LEVE
MHM9635	RIO DAS ANTAS - OBRAS	FIAT	UNO	GASOLINA	50	2009	2010	55VC	LEVE
MMI1253	RIO DAS ANTAS - OBRAS	FIAT	UNO MILLE WAY	FLEX	50	2013	2013	1.0	LEVE
QIS7373	RIO DAS ANTAS - OBRAS	FIAT	STRADA HD WK CD	FLEX	58	2018	2018	1.4	LEVE
MMI1423	RIO DAS ANTAS - OBRAS	FIAT	UNO WAY	GASOLINA	50	2013	2013	50VC	LEVE
MLF3646	RIO DAS ANTAS - OBRAS - URBANISMO	FIAT	STRADA	GASOLINA	60	2009	2009	50CV	LEVE



MMI1093	RIO DAS ANTAS - OBRAS - URBANISMO	FIAT	PUNTO	FLEX	60	2013	2013	88CV	LEVE
RLJ3i82	RIO DAS ANTAS - RÁDIO PATRULHA	JEEP	RENEGADE	FLEX	60	2021	2021	1.8	LEVE
QHW4856	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	CHEVROLET	ONIX	FLEX	54	2016	2016	1.0	LEVE
QHW4946	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	CHEVROLET	ONIX	FLEX	54	2016	2016	1.0	LEVE
REB2A67	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	FORD	KA	FLEX	45	2020	2020	1.5	LEVE
REB2C47	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	FORD	KA	FLEX	45	2020	2020	1.5	LEVE
MLV1046	ASS. SOCIAL - CRAS	CHEVROLET	Classic LS	FLEX	48	2013	2014	1.0	LEVE
RTG9H00	GABINETE VICE PREFEITO	VOLKSWAGEN	GOL	FLEX	70	2021	2022	1.6	LEVE
RLJ3I82	RADIOPATRULHA	JEEP	RENEGADE	FLEX	100	2021	2021	n/a	LEVE
QJB-1796	RIO DAS ANTAS - ADMINISTRACAO GERAL	FIAT	MOBI	FLEX	47	2018	2019	1.0	LEVE
RLO4E43	RIO DAS ANTAS - GABINETE DO PREFEITO	FIAT	TORO-FREEDOM-AT9-D4	FLEX	150	2022	2022	n/a	LEVE
RLP3G65	RIO DAS ANTAS CONSELHO TUTELAR	FIAT	GRAN-SIENA	FLEX	70	2021	2021	1.4	LEVE
RXZ9F74	RIO DAS ANTAS ASS SOCIAL	CHEVROLET	ONIX PLUS TMT	FLEX	70	2022	2023	1.0	LEVE
RLI6H24	RIO DAS ANTAS ENSINO FUNDAMENTAL	CHEVROLET	SPIN-MT-PREMIER	FLEX	75	2021	2022	n/a	LEVE
RLI6H64	RIO DAS ANTAS ENSINO FUNDAMENTAL	CHEVROLET	MONTANA-LS	FLEX	70	2021	2021	n/a	LEVE
RLE6G72	RIO DAS ANTAS ASS SOCIAL	CHEVROLET	SPIN-MT-PREMIER	FLEX	70	2021	2021	n/a	LEVE



VEÍCULOS MÉDIOS

*PLACA	SETOR	*MARCA	*MODELO	*COMBUSTÍVEL	*CAPACIDADE DO TANQUE	ANO FABRICAÇÃO	ANO VEICULO	MOTORIZAÇÃO	CATEGORIA
MMF2495	DEFESA CIVIL	Mercedes-Benz	SPRINTER TCA	DIESEL S10	75	2013	2014	2.1	MÉDIO
QIH7577	RIO DAS ANTAS - OBRAS	PEGEOUT	PARTNER FURG	GASOLINA	60	2017	2017	60VC	MÉDIO
QJS8543	EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	CHEVROLET	SPIN	GASOLINA	52	2019	2019	1.8	MÉDIO
DWC7340	RIO DAS ANTAS - OBRAS - URBANISMO	FIAT	DOBLÔ	FLEX	60	2008	2008	114CV	MÉDIO
QHM8332	RIO DAS ANTAS - OBRAS - URBANISMO	IVECO	DAILY 55C17CS	DIESEL S10	100	2015	2015	170CV	MÉDIO
QIN5694	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	CHEVROLET	SPIN	GASOLINA	52	2017	2017	1.8	MÉDIO
QIV9393	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	CHEVROLET	SPIN	FLEX	53	2018	2018	1.8	MÉDIO
QJM4064	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	CHEVROLET	SPIN	FLEX	53	2019	2019	1.8	MÉDIO
MLJ5338	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	FIAT	DUCATO	DIESEL	80	2013	2014	2.3	MÉDIO
QHY2874	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	FIAT	DOBLÔ	FLEX	60	2016	2016	1.8	MÉDIO
RDX2J45	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	Mercedes-Benz	SPRINTER	DIESEL	71	2020	2021	2.3	MÉDIO
QJH6043	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	PEUGEOT	PARTNER	FLEX	55	2018	2019	1.0	MÉDIO
QIJ9567	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	RENAULT	MASTER	DIESEL S10	80	2017	2018	2.3	MÉDIO
RCL4F09	RIO DAS ANTAS - SAÚDE	RENAULT	MASTER	DIESEL	80	2020	2021	2.3	MÉDIO
QIH7577	RIO DAS ANTAS - OBRAS	PEGEOUT	PARTNER FURG	GASOLINA	60	2017	2017	60VC	MÉDIO

VEÍCULOS PESADOS

*PLACA	SETOR	*MARCA	*MODELO	*COMBUSTÍVEL	*CAPACIDADE DO TANQUE	ANO FABRICAÇÃO	ANO VEICULO	MOTORIZAÇÃO	CATEGORIA
QIR9083	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FORD	CARGO 2629 6X4	DIESEL S10	275	2018	2019	290CV	PESADO
QIY9571	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FORD	CARGO 1723	DIESEL S10	275	2017	2018	230CV	PESADO
EDP3458	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	VOLKSWAGEN	26.260E	DIESEL	275	2008	2008		PESADO
MCE3136	DEFESA CIVIL	FORD	CARGO 1721	DIESEL S10	275	2002	2002	5880	PESADO
MEK2880	DEFESA CIVIL	FORD	CARGO 1215	DIESEL S10	200	1999	1999	5883	PESADO
LWT5788	RIO DAS ANTAS - OBRAS	FORD	CARGO 1618	DIESEL	150	1989	1989	182CV	PESADO



MKC7161	RIO DAS ANTAS - OBRAS	IVECO	EUROCARGO 260E25N	DIESEL S10	275	2011	2012	250VC	PESADO
QHC3644	RIO DAS ANTAS - OBRAS	IVECO	TECTOR 260 E 28	DIESEL S10	275	2013	2014	280CV	PESADO
RDY9F64	RIO DAS ANTAS - OBRAS	IVECO	TECTOR 260 E 30	DIESEL S10	275	2020	2020	300VC	PESADO
RKX2C27	RIO DAS ANTAS - OBRAS	IVECO	TECTOR 260 E 30	DIESEL S10	275	2020	2020	300CV	PESADO
AEH8420	RIO DAS ANTAS - OBRAS	Mercedes-Benz	1113	DIESEL	150	1989	1989	80CV	PESADO
QHC7184	RIO DAS ANTAS - OBRAS	Mercedes-Benz	ATRON 2729	DIESEL S10	210	2014	2014	286CV	PESADO
QIY9531	RIO DAS ANTAS - SANEAMENTO BÁSICO	FORD	CARGO 1723	DIESEL S10	275	2017	2018	230 CV	PESADO
MCM2453	RIO DAS ANTAS - OBRAS	VOLKSWAGEN	15.180	DIESEL	275	2004	2004	180CV	PESADO
QIY9F71	RIO DAS ANTAS OBRAS	FORD	CARGO-1723	DIESEL	275	2017	2018	230CV	PESADO
RXM3D74	RIO DAS ANTAS ADMINISTRACAO GERAL	IVECO	CAMINHAO	DIESEL	200	2022	2022	n/a	PESADO

ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS

*PLACA	SETOR	*MARCA	*MODELO	*COMBUSTÍVEL	*CAPACIDADE DO TANQUE	ANO FABRICAÇÃO	ANO VEICULO	MOTORIZAÇÃO	CATEGORIA
QIU1373	EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	MARCOPOLO	VOLARE V8L EO	DIESEL S10	110	2018	2018	3.8	PESADO
RLB6F91	EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	Mercedes-Benz	SPRINTER	DIESEL S10	80	2020	2021	2.3	PESADO
MGP6739	EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VOLKSWAGEN	INDUSCAR	DIESEL	275	2008	2009	4.6	PESADO
MHA3660	EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VOLKSWAGEN	COMIL PIA	DIESEL	150	2003	2004	4.3	PESADO



MIE0658	EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VOLKSWAGEN	FOZ SUPER	DIESEL	150	2010	2011	4.6	PESADO
MME2106	EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VOLKSWAGEN	NEOBUS	DIESEL S10	110	2018	2019	3.8	PESADO
QJZ7315	EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VOLKSWAGEN	NEOBUS	DIESEL S10	110	2019	2020	3.8	PESADO
RLJ2A77	EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR	VOLKSWAGEN	NEOBUS	DIESEL S10	110	2020	2020	3.8	PESADO
RXZ9F94	RIO DAS ANTAS	VOLARE	ÔNIBUS	DIESEL	250	2022	2022	n/a	PESADO
RXM5D12	RIO DAS ANTAS TRANSPORTE ESCOLAR	ORE2	ÔNIBUS	DIESEL	300	2022	2022	n/a	PESADO

MÁQUINAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

*PLACA	SETOR	*MARCA	*MODELO	*COMBUSTÍVEL	*CAPACIDADE DO TANQUE	ANO FABRICAÇÃO	ANO VEICULO	MOTORIZAÇÃO	CATEGORIA
ZRA0004	RIO DAS ANTAS - OBRAS	CASE	MOTONIVELAD ORA	DIESEL S10	200	2020	2020	175HP	PESADO
ZRA0005	RIO DAS ANTAS - OBRAS	CATERPILLAR	416E	DIESEL	180	2013	2014	120HP	PESADO
ZRA0006	RIO DAS ANTAS - OBRAS	CCM	62x40 SERIE 0077	DIESEL	200	2013	2013	120HP	PESADO
ZRA0007	RIO DAS ANTAS - OBRAS	DOOSAN	S200	DIESEL	180	2015	2016	120PH	PESADO
ZRA0008	RIO DAS ANTAS - OBRAS	HWB	140M	DIESEL	250	1975	1975	100HP	PESADO
ZRA0009	RIO DAS ANTAS - OBRAS	HYUNDAI	PC180	DIESEL S10	200	2019	2019	115HP	PESADO
ZRA0010	RIO DAS ANTAS - OBRAS	KOMATSU	D51	DIESEL S10	200	2020	2020	130HP	PESADO
ZRA0011	RIO DAS ANTAS - OBRAS	MERCANTIL	CMBR6240C60	DIESEL	200	2018	2018	200CV	PESADO
ZRA0012	RIO DAS ANTAS - OBRAS	NEW HOLLAND	W130	DIESEL	200	2012	2012	100HP	PESADO



ZRA0013	RIO DAS ANTAS - OBRAS	NEW HOLLAND	PC135	Diesel	200	2013	2013	120CV	PESADO
ZRA0014	RIO DAS ANTAS - OBRAS	NEW HOLLAND	LB 110	DIESEL	180	2017	2017	85HP	PESADO
ZRA0015	RIO DAS ANTAS - OBRAS	NEW HOLLAND	LB110 GAB.	DIESEL S10	100	2017	2017	80HP	PESADO
ZRA0023	RIO DAS ANTAS - OBRAS - URBANISMO	JCB	MINIRETRO	DIESEL S10	150	2017	2017	80HP	PESADO
ZRA0024	RIO DAS ANTAS - OBRAS - URBANISMO	MUSTANG	2044	DIESEL	100	2013	2013	80HP	PESADO
MME0616	RIO DAS ANTAS - OBRAS	SR KROVILLE	PRB2E	DIESEL S10	150	2018	2018	28.0T	PESADO
ZRA0016	RIO DAS ANTAS - OBRAS	XCMG	PC150	DIESEL S10	180	2019	2020	85HP	PESADO
ZRA0017	RIO DAS ANTAS - OBRAS	XCMG	GR1803	DIESEL	200	1995	1995	80HP	PESADO
ZRA0018	RIO DAS ANTAS - OBRAS	XCMG	XC123	DIESEL S10	180	2019	2020	110HP	PESADO
JCB-8743	RIO DAS ANTAS OBRAS	JCB	RETRO- ESCAVADEIRA- 3CX	DIESEL	300	2022	2022	n/a	PESADO
JCB-8743	RIO DAS ANTAS AGRICULTURA	JCB	RETRO- ESCAVADEIRA- 3CX	DIESEL	300	2022	2022	n/a	PESADO

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

*PLACA	SETOR	*MARCA	*MODELO	*COMBUSTÍVEL	*CAPACIDADE DO TANQUE	ANO FABRICAÇÃO	ANO VEICULO	MOTORIZAÇÃO	CATEGORIA
ZRA0001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	BUDNY	BDY9040	DIESEL	100	2014	2014	76CV	AGRICOLA
ZRA0002	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CASE	FARMAL 100 PLATAFORMA DO	DIESEL	100	2019	2019	75CV	AGRICOLA
ZRA0003	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MASSEY FERGUSON	275	DIESEL	100	1999	1999	76CV	AGRICOLA

